



LOGÍSTICA REVERSA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

INDIANARA IGNÁCIO MILKIEVICZ; ALEXANDRE BORGES FAGUNDES

Introdução: A logística reversa surgiu na gestão ambiental contemporânea, focando na reintegração de produtos ao ciclo produtivo após o seu consumo. Esse processo não apenas contribui para a sustentabilidade, mas também minimiza os impactos ambientais associados ao descarte inadequado de resíduos. No Brasil, no entanto, a legislação ambiental enfrenta significativos obstáculos que dificultam a implementação efetiva da logística reversa. Esses desafios incluem a falta de um amparo legal robusto e uma maior clareza nas diretrizes que regem esse processo. **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo principal identificar e analisar os principais desafios jurídicos e operacionais que a legislação ambiental brasileira enfrenta ao tentar apoiar a logística reversa. A pesquisa busca compreender como esses desafios impactam a eficácia das iniciativas de retorno de produtos e a sustentabilidade ambiental no país. **Metodologia:** A metodologia adotada para esta pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica abrangente das legislações vigentes. Essa abordagem permite uma compreensão mais profunda das nuances legais e operacionais que permeiam o tema. **Resultados:** Os resultados da pesquisa revelam uma série de conflitos de interesse entre os diversos stakeholders envolvidos, incluindo empresas, consumidores e órgãos reguladores. Além disso, foram identificadas lacunas significativas na legislação e na regulamentação existentes, que comprometem a eficácia da logística reversa. A proliferação de normas estaduais e municipais, muitas vezes em desacordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), contribui para uma situação de confusão normativa, resultando em uma crescente judicialização das questões relacionadas à logística reversa. Essa judicialização não apenas atrasa a implementação de soluções práticas, mas também gera insegurança jurídica para as empresas que buscam cumprir suas obrigações ambientais. **Conclusão:** Diante dos desafios identificados, é crucial que se promova uma harmonização das normativas relacionadas à logística reversa, além de um fortalecimento da fiscalização e das penalizações para garantir a efetividade dessas iniciativas. A adoção de políticas integradas e coerentes pode desempenhar um papel vital na superação dos obstáculos enfrentados, contribuindo para uma gestão ambiental mais sustentável e eficiente no Brasil. A implementação dessas políticas não só beneficiará o meio ambiente, mas também incentivará a responsabilidade social e a inovação nas práticas empresariais.

Palavras-chave: **LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL; DESAFIOS LEGISLATIVOS; REGULAMENTAÇÃO AMBIENTAL; POLÍTICAS PÚBLICAS; DIREITO AMBIENTAL**